

A Questão Cristóvam Colom e a sua Actualidade para Portugal

Tenente-coronel PilAv
João José Brandão Ferreira



A Questão Cristóvam Colom e a sua Actualidade para Portugal

“É muito perigoso ter razão em assuntos sobre os quais as autoridades estabelecidas estão completamente equivocadas.”

Voltaire



CRISTOVÃO COLOM

A História de Portugal regista no seu seio um número considerável de mistérios ou de questões que até hoje não foram completamente esclarecidos. Estão neste caso entre muitas:

- A questão sobre o “milagre” de Ourique;
- O que se passou nas primeiras cortes de Lamego;
- As navegações para Ocidente a partir dos Açores;
- O que aconteceu ao espólio do Infante D. Henrique;
- O significado do Político de S. Vicente de Fora;
- O que se passou em termos de navegações entre a viagem de Bartolomeu Dias e a preparação da Armada de Vasco da Gama;

- O afastamento de Pedro Álvares Cabral de qualquer vida pública após a viagem em que descobriu oficialmente o Brasil;
- A reforma das Ordens Militares ao tempo de D. João III;
- O desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir;
- O Processo dos Távoras;
- A expulsão dos Jesuítas;
- O porquê da construção do convento de Mafra;
- A morte de D. João VI;
- O assassinato do Rei D. Carlos I;
- O desaparecimento das jóias da coroa portuguesa;
- E, mais recentemente, a morte do General Humberto Delgado e o caso Angoche.

Com tantos e aliciantes desafios é espantoso verificar quão diminuta tem sido a curiosidade dos portugueses em geral, em aprofundar estas matérias, o que apenas encontra paralelo no desprezo a eles dedicado pelos poderes públicos e pela comunidade científica.

E já começa a ser lugar comum afirmar que em contraponto a tudo isto correm rios de tinta, imagem e som, sobre um “flirt” que um qualquer personagem menor teve, só porque um dia o acaso do destino o trouxe à luz da ribalta.

Ora a vida e os feitos desse notável personagem conhecido por Cristóvam Colom, inserem-se sem sombra de dúvida, nos grandes mistérios da História de Portugal.

Por outro lado existe, de um modo geral, na comunidade científica e académica um grande conservadorismo face à “verdade oficial” e ao que se encontra estabelecido há muito, havendo em simultâneo grande resistência face a ideias veiculadas por indivíduos que não sejam licenciados na área sobre a qual investiguem ou escrevem. Uma atitude corporativa - digamos no pior sentido do termo - do qual muitas vezes os militares são injustamente acusados e que tem muito mais expressão em áreas profissionais civis.

As investigações sobre a verdadeira história de Cristóvão Colom insere-se, em pleno, neste âmbito.

É curioso notar que a maioria dos autores que se têm debruçado sobre este tema em Portugal desde os fins do século XIX, como sejam Patrocínio Ribeiro, Santos Ferreira de

Serpa, Saúl Ferreira, Júnior Pestana, Carlos Romeu Machado, Afonso Dornelas, Artur Lobo d'Ávila, Fidelino de Figueiredo, Gaspar da Naia, Jaime e Armando Cortesão e mais recentemente Mascarenhas Barreto ou Luciano da Silva, não sejam licenciados em História. E o mesmo se passa com alguns dos seus opositores tais como Luís de Albuquerque, Graça Moura, Pinheiro Marques, o Marquês de Abrantes e até o Comandante Fernando Pedrosa e Francisco Contente Rodrigues. É justo ainda referir alguns autores estrangeiros que se aproximam ou reconhecem a nacionalidade portuguesa de Colom. Tais como a Prof Janina Clawa; Thor Heyherdhal, Pier Lilliestrom, Francisco Pinto Cabral e Luísa de Toledo Medina Sidónia.

Não pretendo hoje concentrar-me nas investigações que sustentam as diferentes teses existentes, sem embargo de deixar claro que sou o mais adepto possível da tese portuguesa. Mas antes fazer-vos um ponto de situação sobre esta temática, para que os leitores melhor possam julgar e para poderem concluir da importância que o tema tem ainda nos nossos dias.

Assim e após esta introdução, que já vai longa, irei fazer uma síntese geopolítica do Portugal contemporâneo de Colom a que se seguirá uma sinopse sobre as principais teses sobre a nacionalidade do Almirante, a que se juntam algumas considerações.

As conclusões finalizam a exposição.

*“O sábio, porque conhece as suas limitações, aprende com todos.
O ignorante, porque sabe tudo, fecha-se e repele, como um insulto à sua
pessoa, os que podem instruí-lo”.*

José Martins

CTen da Armada

Portugal era, em meados do século XV, uma nação consolidada e cheia de vitalidade. A crise política derivada da morte do rei D. Duarte, uma crise séria e também pouco estudada que passa pela ultrapassagem das sequelas do desastre de Tânger e morte do Infante D. Fernando; pelo afastamento da rainha D. Leonor (de Aragão), a regência do Infante D. Pedro, a subida ao trono de D. Afonso V, só termina com a tragédia de Alfarrobeira, em 1449. Portugal era uma país que prosseguia o seu destino templário forjado desde o início da nacionalidade e de certo modo arrumado e consolidado desde D. Dinis, que lhe deu as “naus a haver” na imagem feliz de Pessoa e lhe caldeou uma peculiar maneira de entender e praticar a religião de Nosso Senhor Jesus Cristo - o culto do Espírito Santo - cujas maiores reminiscências se podem encontrar, hoje em dia, nas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, nos Açores.

Esta ideia religiosa veiculava também um ideal de Cruzada que vinha de D. Afonso Henriques e se mantinha para além do fim das cruzadas à Terra Santa que se tinham tornado muito difíceis desde a queda de S. João de Acre, em 1291. Portugal não tinha perdido este espírito e tinha-o transportado para o norte de África desde a tomada de

Ceuta, em 1415, mas cujo marco referencial se deve recuar a 1319, data em que a Ordem do Templo se transmutou em Ordem de Cristo e transferiu, por um curto espaço de tempo, a sua sede para Castro Marim, simbólica e fisicamente o ponto mais avançado da fronteira cristã.

É claro que a passagem ao norte de África não teve apenas um carácter religioso mas sobretudo estratégico. Era necessário arranjar pontos de apoio externos à península que nos defendessem de Castela, a nossa ameaça mais temível.

A “tríade” estratégica portuguesa de então era completada com a manutenção e alargamento do comércio com o Mediterrâneo e o norte da Europa que representava o sustentáculo económico e financeiro do reino. Este comércio foi alargado mais tarde com o açúcar da Madeira e depois com os escravos, ouro e malagueta, do Golfo da Guiné, cujo marco mais relevante foi a construção da fortaleza da Mina, em 1482.

É bom no entanto recordar que as primeiras explorações atlânticas são do reinado de D. Afonso IV, sabendo-se que as houve desde 1336, mas não há certezas do seu início.

Tinha pois começado a procura de “pimenta e cristãos” que o Infante D. Henrique plasmou em ideal nacional e que daí até à chegada de Vasco da Gama a Calicut, em 1498, não mais deixou de ser prosseguido, tenaz, metódica e cientificamente. Dá ideia de que os portugueses eram organizados e disciplinados até então. Desde essa altura a força das coisas obrigou-nos a ser desenrascados. Até hoje ainda não conseguimos inverter esta situação. É dessa altura também e do confronto de ideias que se geraram, que surgiram duas linhas fundamentais de pensamento estratégico nacional, as decorrentes daquilo a que se pode convencionar chamar, a escola de D. Pedro e de D. Henrique.

D. Pedro defendia a primazia da ligação à Europa rica e culta, embora não pondo em causa as explorações marítimas mas abstendo-se de um empenhamento no norte de África; e D. Henrique privilegiava a exploração do Atlântico e os apoios em África ao mesmo tempo que mantinha o comércio com o norte da Europa e o Mediterrâneo e procurava a neutralidade nas contendidas europeias, nomeadamente as peninsulares. Estas duas correntes mantêm-se com nuances, até aos dias de hoje.

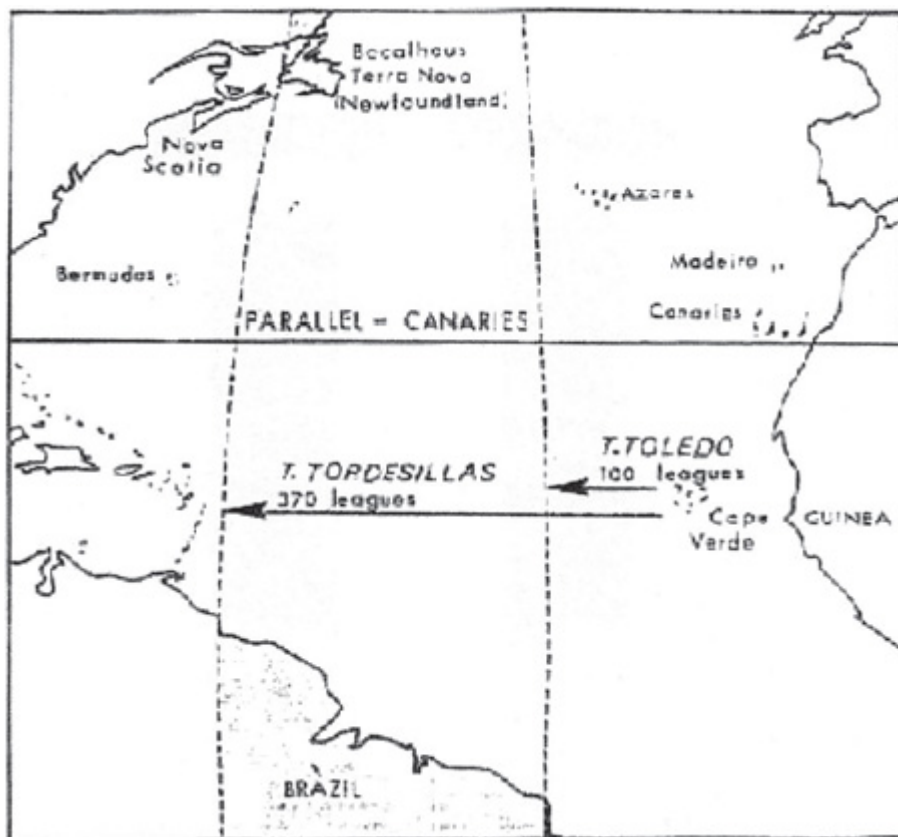
O reinado de D. Afonso V pode ser dividido em três fases: a primeira que vai de 1438 a 1449 e que tem a ver com a clarificação política interna; a segunda fase de intervenção em Marrocos e a última que se reporta ao envolvimento nas lutas dinásticas peninsulares em que o nosso rei tentou a união com Castela e Leão sob a égide portuguesa. A estratégia foi derrotada em Toro, em 1476 e o tratado de Alcáçovas, de 1479, sela esta derrota política.

D. João II veio pôr ordem no reino e mudar a política: centralizou e reforçou o poder real face à nobreza e procurou o apaziguamento com os reinos peninsulares.

No seu reinado aparecem claras as seguintes linhas político-estratégicas:

- manutenção da autoridade real e segurança interna do reino;
- defesa da rota da Guiné;
- busca da rota da Índia através do contorno de África;
- neutralidade atenta na Península (conter Castela em Terra e batê-la no mar);
- relações privilegiadas com a Santa Sé;
- comércio e presença diplomática na Europa do Mar do Norte, impedindo o acesso dos seus marinheiros às nossas rotas a sul;
- política de segredo em relação a tudo que se relacionasse com as descobertas.

Para evitar que os espanhóis entrassem nas rotas da Guiné firmou-se o Tratado de Toledo, de 1480, onde se cederam as Canárias mas onde se reservou o exclusivo da navegação a Sul do paralelo que passava por aquele arquipélago e se atribuía à Espanha a navegação e terras a descobrir 100 léguas a Oeste do meridiano que passava em Cabo Verde; e, mais tarde, em 1494, o Tratado de Tordesilhas em que se aumentava aquela distância para 370 léguas da ilha de Santiago. Estes tratados foram reconhecidos pela Santa Sé, a autoridade de direito internacional da altura. Estava pois em curso a tese do “mare clausum”. Deve recordar-se que Bartolomeu Dias tinha dobrado o Cabo da Boa Esperança, em 1487, e as informações da expedição de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, do mesmo ano, chegaram às mãos do rei, em 1491. Ou seja, D. João II não tinha quaisquer dúvidas sobre como chegar à Índia.



Na Europa, Castela tentava a hegemonia peninsular e com a conquista de Granada, em 1492, nascia a Espanha.

A Inglaterra e a França recuperavam da Guerra dos Cem Anos e de lutas internas e tentavam a unificação e o reforço do Poder Real.

Eram ainda marginais ao que se passava no Atlântico central e sul e a tese do “mare clausum” tentou que assim continuassem. A Aliança Inglesa não se fez sentir durante todo o século XV, dado a Inglaterra não necessitar do Atlântico geopoliticamente.

No Mediterrâneo dominavam as Repúblicas Italianas, sobretudo, Veneza. A partir de 1450 o Papa, que continuava a dispor de um poder de intervenção importante nas contendas entre cristãos, tentava um equilíbrio entre os estados italianos e as potências que os queriam dominar: a França, a Espanha e a Áustria.

O Império Turco foi-se alargando de uma maneira alarmante: conquistara Constantinópol, em 1453, acabando assim com o Império Bizantino e a partir daí expandiu-se para a Europa e o Mediterrâneo Oriental e em todo o Médio Oriente, sem nunca ter no entanto, dominado Veneza e o seu comércio.

A pirataria e a actividade de corso era uma constante em todos os mares. Com as descobertas marítimas a Europa passou a ter contacto directo e constante com

civilizações diversas da Cristã (o que trouxe alguns problemas teológicos à Santa Sé), a capacidade bélica aumentou e começaram a surgir os Estado-Nação saídos do fim do Feudalismo. Culturalmente entrava-se em força no Humanismo e no Renascimento e apareceu esse instrumento revolucionário chamado imprensa.

Foi neste cenário muito resumido que surgiu o “fenómeno” Cristóvão Colom.

“... embora, de todas estas coisas, vós senhores sabeis mais dormindo do que eu velando (acordado)”

(frase com que o sábio e cosmógrafo espanhol Ferrer, terminou um dos parágrafos da carta que escreveu a Colom, em 5 de Agosto de 1495)

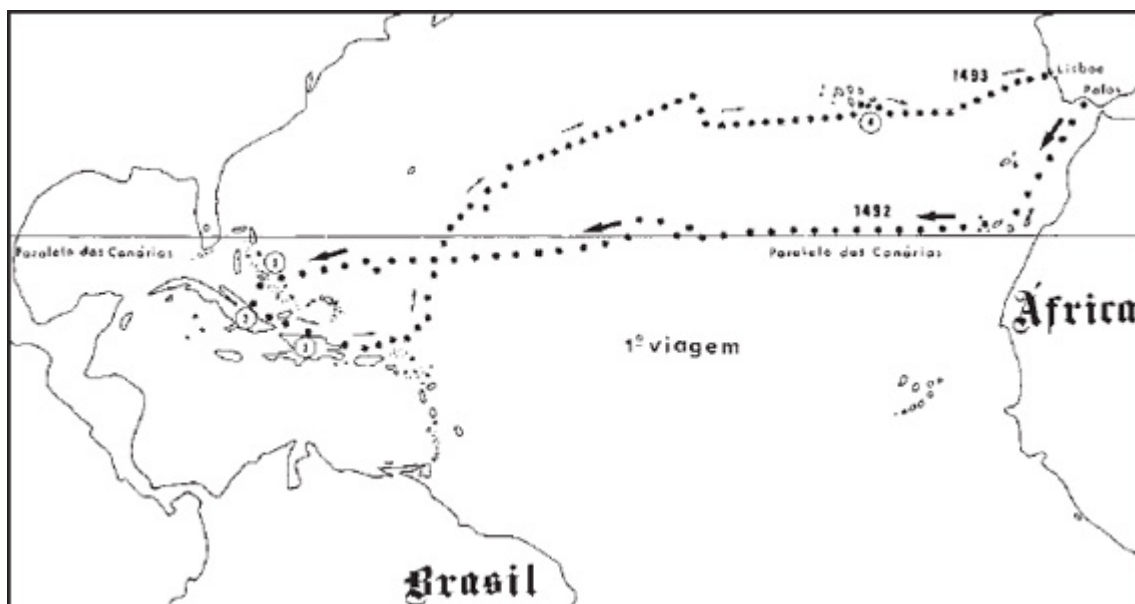
Existem várias teses sobre a vida e sobretudo, sobre a nacionalidade de Colom.

A tese catalã, galega, italiana e portuguesa (outras existem como por exemplo a de um Colom castelhano, francês, russo, arménio, corso, maiorquino, etc., que por demais fantasiosas não serão chamadas à colação).

A tese catalã de autoria de Luís Ulloa, reforçada depois, por Enrique Bayeri y Bertomeu, dá Colom como filho do corsário Colombo-o-Velho que, por razões políticas adoptara o nome de Cristobal Colón, identificando-o também como “Colombo-o-Moço”. Defendera a causa de Renato d’Anjou nas campanhas de 1472/73 para anexação da Catalunha à França, contra o rei de Aragão, tornando-se corsário após a derrota dos franceses; era catalão porque pretendia “libertar” a Catalunha; finalmente, à morte arrependido de ter atacado barcos de Génova quis recompensar os mercadores Negro e Spínola pelas perdas que tiveram, como referido no “Codicilo”. Acresce que os apoiantes desta tese também defendem o suposto naufrágio de Colón ocorrido em 1476 na costa vicentina, mas em situações ainda mais distorcidas do texto original do filho do almirante, Fernando Colón, como veremos adiante.

Esta tese tem várias incongruências que lhe tiram a validade como seja:

- se Colom era filho do pirata francês Coullon, não poderia ser catalão;
- se pretendeu anexar a Catalunha à França isso não era “libertá-la” pois poria aquele território debaixo da soberania francesa;
- se por acaso era catalão por ter lá nascido acidentalmente então era um renegado da sua pátria, o reino de Aragão, que por acaso se encontrava aliado a Génova;
- não tinha nada que se preocupar com indemnizações por causa de ataques a navios genoveses, pois foi um destes que afundara o seu.



A tese de um Colón galego é de autoria de Celso Garcia de La Riega (e corroborada por outros autores), dá-o como natural de Pontevedra e é do início do século XX. O autor baseia esta tese na descoberta de documentos antigos que relacionavam os Colóns oriundos daquela cidade com o descobrimento do novo mundo.

Um advogado espanhol D. Enrique Turull, fez até uma celebrada conferência sobre o tema, na sociedade de Geografia de Lisboa, em 1914.

Toda esta argumentação foi desmontada por Patrocínio Ribeiro, no seu livro “A Nacionalidade Portuguesa de Cristóvão Colombo”, datado de 1927.

A tese galega foi ainda impugnada por Luís Ulloa, o que mereceu o apoio do padre Fritz Streicher, em 1929, em que reputa aquela opinião de “justíssima” visto que os documentos galegos não só são impugnáveis paleograficamente por terem sido alterados por meio de interposições, raspagens e correcções de mãos posteriores - mas também porque diplomaticamente (como diplomas), carecem de valor para provar, através deles, a viagem de Colón.

O catalanista Ricardo Beltran y Rospide afirma: “o descobridor da América não nasceu em Génova e foi oriundo de algum lugar na terra hispânica, situado entre os cabos Ortega e São Vicente (isto é, na costa atlântica entre a Galiza e Portugal). Acresce que este historiador refutou a tese galega.

O cronista Bartolomeu de Las Casas considerou Colom como estrangeiro e comentou: “nisto e noutras coisas que há nos seus itinerários, parece ser natural de outra língua, porque não penetra de todo, o significado dos vocábulos da língua castelhana nem o seu modo de falar”.

O professor António Rumeu d’Armas da Universidade de Madrid, identificou Colom como português e chegou a escrever “o português era a primeira língua falada e escrita por Columbus” e que o navegador falou castelhano como um português até ao fim da sua vida.

Sabe-se ainda que os estrangeiros residentes em Portugal estavam proibidos de aceder a segredos relacionados com as descobertas, o mesmo se passando, por maioria de razão, com aqueles poucos que navegaram em navios portugueses.

Nas Universidades de Salamanca e Pontevedra só se ensinava direito, filosofia, teologia e letras. Só em Lisboa se estudava as novas disciplinas ligadas à náutica.

De facto o infante D. Henrique, reformou em 1431, as Escolas Gerais, criadas pelo rei D. Dinis, acrescentando a gramática, lógica e retórica, já existentes, as disciplinas de aritmética, geometria, astronomia e música, bem como as de medicina, teologia, direito canónico filosofia e moral e o magistério das leis. Além disso devemos ter em conta o que se ensinava no que se convencionou chamar “a Escola de Sagres” e nos conventos da Ordem de Cristo.

As teses do Colón espanhol têm no entanto um mérito e que é este: ajudam a refutar a tese italiana.

Esta tese que não se limita a dá-lo como natural de Génova mas também de uma dezena de cidades italianas, nasceu quando o manuscrito da “história del Almirante”; da autoria do seu filho Fernando, foi levado para Itália pelo genovês Baliano de Fornari a fim de ser publicado naquela língua.

Está hoje provado que o manuscrito foi adulterado pelo editor Giuseppe Moletto, que fez desaparecer o original.



Quanto à mutação do nome: é fácil compreender que o nome Cristovam Colom tenha sido castelhenizado para Cristóbal Colón, mas seria muito duvidoso que se um Colombo italiano viesse para Portugal o iriam passar a chamar Colom palavra que não tem expressão em português. E se acaso quisesse dissimular a sua identidade como cardador de lãs e taberneiro de Génova não faz sentido que não tivesse escolhido um apelido menos parecido. Em resumo, a primeira deturpação do nome inicial deveu-se ao genovês Trevisano que, em 1504, lhe chamou “Colombus”, afirmando que era natural da região da Ligúria; seguidamente, em 1507, ano posterior à morte do Almirante, o italiano Montalbodo afirmou que ele nascera em Génova; seguiu-se outro genovês, Giustiniano que também o situa natural de Génova e de origem plebeia (o que é contrariado por todos com quem Colom conviveu e os próprios reis de Espanha que o consideraram de nobre linhagem); as obras de Monteboldo e Giustiniano foram divulgadas pela Europa, tendo os historiadores dessa época passado a referir que o descobridor do Novo Mundo tinha sido Colombo, com a reserva do “segundo dizem” referindo-se aos autores.

Em 1571 foi publicada a versão italiana da “História del Almirante”, já referida com a

fraudulenta inserção de um Juan António Colombo e do pai Domenico, atribuída a Fornari.

Então desenvolveram-se esforços para se encontrarem em Génova e Savona, todos os actos notariais que se referissem a Colombos, até se encontrarem as pessoas adequadas.

Existe ainda a notícia de que um Salinèrio fabricou, em 1607, actas falsas de 1496 e 1501, o mesmo fazendo outro italiano, Asseretto, que falsificou a minuta de acta de 1479, onde se refere um negócio de açúcar na ilha da Madeira declarando Colombo, que estaria em Génova, a sua intenção de seguir para Lisboa.

Em 1535, desapareceram os originais da “Minuta de Mayoralgo” e o “Memorando”, tendo em seu lugar aparecido as respectivas falsificações e a seguir o “Codicilo Militar”.

Em 1733, Muratori, outro italiano, veio mostrar um opúsculo que atribuiu ao genovês Gallo, afim de consolidar a mistificação de Salinèrio e as falsidades da “Minuta”. E outras cartas fraudulentas surgiram: duas cartas falsas (baseadas nas verdadeiras), de Colom para Oderigo e para o Banco de Génova, e outras tantas do Banco para o almirante e seu filho Diogo.

Finalmente Diogo Colom instaurou um processo contra a coroa espanhola e estando nas Antilhas, delegou a sua defesa no seu irmão Fernando, o qual para não perder a causa declarou ser o seu pai estrangeiro; e para este não ser acusado de português e traidor, afirmou ser ele de Génova.

Com tudo isto estava consolidada, diria forjada, a tese genovista.

Ainda sobre o hipotético naufrágio que justifica o aparecimento dos Colombos, de várias nacionalidades, em Portugal, relatado na “História del Almirante” e que passo a citar um trecho: “enquanto o Almirante navegava com Colombo-o-Moço, o que já fazia durante muitos anos, sucedeu que, tendo sabido que quatro galeras venezianas regressavam da Flandres, foram em sua busca e encontraram-nas entre Lisboa e o cabo de São Vicente, que fica em Portugal. E indo às mãos (fazendo abordagem), combateram furiosamente (...) e sendo o Almirante grande nadador e estando a duas léguas ou pouco mais afastado de terra, agarrado a um remo que encontrou e ajudando-se às vezes com ele e às vezes nadando, quis Deus dar-lhe força para que chegasse a terra, embora tão cansado e quebrantado pela humidade da água que levou muitos dias a recompor-se. E porque não estava muito longe de Lisboa, onde sabia que se achavam muitos (homens) da sua nação genovesa foi para ali o mais depressa que pôde, e onde, sendo conhecido deles, lhe fizeram tão bom acolhimento que pôs casa naquela cidade e se casou”.

Só há certezas sobre dois combates navais ocorridos frente ao cabo de São Vicente (e não entre Lisboa e este cabo), na época. O primeiro ocorreu a 13 de Agosto de 1476 entre o corsário francês Coullon, conhecido por Colombo-o-Velho, ao serviço do rei de França, que atacou quatro navios venezianos (e não genoveses) e um navio flamengo; o segundo a 21 de Agosto de 1485, entre o corsário Bissipat, conhecido por Colombo-o-Moço que

estava também ao serviço do rei de França, e quatro galeras venezianas que vinham da Flandres tendo estas oferecido de imediato a rendição e vindo apresadas para Lisboa.

A tese italiana fala num naufrágio devido a um combate, mas não se sabe ao certo em que ano, parecendo inverosímil que possa ser um dos dois acima apontados. Mesmo que o naufrágio fosse verdadeiro é mais do que duvidoso que Colom conseguisse nadar até à costa percorrendo as duas léguas (cerca de 11 km), em águas frias e revoltas.

É mister fazer menção ainda a uma das mais recentes “burlas” italianas que foi protagonizada pelo comissário italiano da Comissão dos Descobrimentos para 1992 (ano da Expo de Sevilha), o senador Paolo Emílio Taviani que escreveu um livro onde afirma, entre outras pérolas, terem sido os italianos que ensinaram os portugueses a navegar no Atlântico. Taviani cita um trecho da carta que Colom escreveu ao rei D. Fernando, em 1505: “Deus Nosso Senhor enviou-me aqui miraculosamente porque acostei a Portugal”, mas suprimiu a continuação da mesma e cito: “digo por milagre, porque me apresentei ao rei de Portugal, que entendia mais do que qualquer outro em matéria de descobrimentos, e Deus lhe fechou os olhos e as orelhas e cada um dos sentidos, tão bem que durante catorze anos não me escutou”. O milagre refere-se então à propalada recusa do rei D. João II e não ao naufrágio e os 14 anos desmontam a verosimilhança deste já que se descontarmos esses anos a 1484, data da ida do navegador para Espanha, dá 1470, antes pois do combate de Coullon. Tal é comprovado ainda por uma carta que Colom enviou a seu filho Diogo, em 1495, estando nas Antilhas, em que referindo-se à morte de D. João II escreveu: “catorze anos andei a servir este rei”, o que corresponde a todo o reinado daquele monarca, 1481-1495.

Existem numerosas provas de que Colom nunca poderia ser italiano, a primeira sendo, que nunca falou ou escreveu em italiano. Do que se conhece escrito, está em castelhano com muitos erros e lusismos à mistura.

A carta, por exemplo que se diz ter escrito aos seus amigos do banco de S. Jorge em Génova foi em castelhano e não em italiano, o mesmo acontecendo com outros amigos italianos, como Nicolò Oderigo e o padre Gomicio de Navarra, que vivia em Sevilha.

Esta questão da língua é reconhecida pela generalidade dos autores, como sejam António Ballesteros Bereta, Henry Vignaud, Próspero Paragaia, Romulo Cúneo-Vidal, Cesare Collis, Luís Ulloa e Manuel Ballesteros y Gaibrois. O argentino Romulo de Cárbia, defensor das coisas espanholas, afirma que Colom não dominava a língua castelhana nem para si próprio escrevia em italiano. E isto depois de, segundo a tese genovesa ter vivido os primeiros 25 anos em Itália.

Ramon Menendez Pidal considerado o mais eminente dos filósofos espanhóis contemporâneos afirma entre outras coisas, que os “extensíssimos escritos espanhóis de Colón, onde as confusões se produzem, introduzindo frases e vozes portuguesas, não italianas”.

Defendem ainda os italianos que Colom teria estudado na Universidade de Pavia, mas lá

só se ensinava filosofia, direito e medicina. Além disso investigaram os registos da Universidade e nada consta sobre um Cristoforo Colombo.

Não faz assim sentido nem é concebível que um humilde cardador de lãs, taberneiro e, mais tarde, eventual marítimo sem estudos superiores, pudesse alguma vez vir a possuir conhecimentos científicos de ponta, cultura humanística, poder casar com uma nobre portuguesa e ter acesso às casas reais portuguesa e espanhola. Só razões ponderosas poderiam levar um homem como Colom a ocultar a sua identidade como sempre o fez. Compreendem-se as portuguesas, mas que razões podem alegar italianos ou espanhóis para o fazerem?

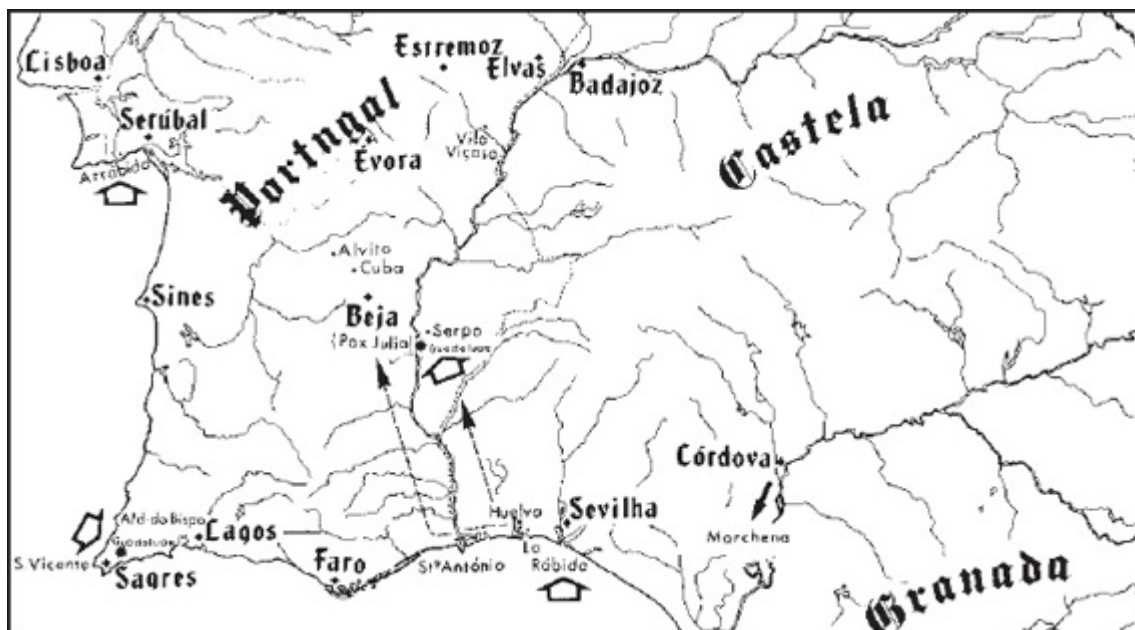
A nacionalidade portuguesa do grande navegador aparece pois cada vez com maior força, por direito próprio e não por exclusão de partes.

Tudo nela é natural, lógico e ajusta-se perfeitamente ao avanço que os portugueses detinham no âmbito dos descobrimentos; as grandes linhas estratégicas nacionais da altura; à política de sigilo que regulava tudo o que estava ligado às navegações e descobertas de novas terras e ao objectivo de afastar os espanhóis (e outros europeus) do caminho marítimo para a Índia e que culminou no tratado de Tordesilhas. E para ela apontam as conclusões dos principais investigadores portugueses que se debruçaram sobre o tema desde o século XIX.

Não há em Portugal cronista ou documentos inéditos que refiram qualquer Colombo italiano ou Colón espanhol, com excepção de uma referência fugaz de Rui de Pina.

O grande navegador correspondeu-se de Lisboa com o cosmógrafo italiano Pablo del Pozzo Toscanelli, que o reconheceu como português, sendo a correspondência em latim. É conhecida uma outra carta de Toscanelli para o cónego de Lisboa, Fernando Martins, datada de 25 de Julho de 1474, no mesmo período em que se correspondia com Colom, ou seja, dois anos antes em que a tese genovista o dá como chegado a Portugal.

Quando Colom foi para Espanha, dirigiu-se para o convento de la Rabida, junto a Huelva, cujo prior era o padre português (sábio e cosmógrafo) Frei João Peres de Marchena, que intercedeu por ele na corte.



O Papa Alexandre VI (apesar de espanhol), nas bulas em que se refere a Cristovão Colom trata-o pelo nome português e não em italiano, latim ou castelhano.

quibus ad omnia sine danna p[ro]p[ri]a regno
 p[ro]p[ri]a regno volentes d[omi]n[u]m n[ost]r[u]m d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m

p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m
 p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m p[ro]p[ri]a d[omi]n[u]m

A carta que D. João II escreveu a Colom, em 20 de Março de 1488, tratando-o por “nosso especial amigo em Sevilha” e dizendo “vimos a carta que nos escreveste e a boa vontade e afeição que por ela mostrais ao nosso serviço”.

E como explicar que D. João II tenha enviado a Colom o “roteiro calendário”, conhecido por “tábuas de declinação do Sol”, que tinha encomendado ao judeu Samuel Zacuto (filho do astrólogo Abraão Zacuto), e que aquele recebeu nove dias antes de iniciar a primeira viagem às Antilhas? E como explicar que Colom, um pobre inculto de Génova tivesse conhecimentos da cabala judaica, que lhe permitiram elaborar uma sigla complexa com que se assinava?

Sef. B. de A. de P. de B. de A.

S.A.S.
X.M.Y.

Almirante

S.A.S.
X.M.Y.
almirante

1.ª Div. de A. de P. de B. de A.

com

S.A.S.
X.M.Y.
Almirante

S.
S.A.S.
X.M.Y.
el almirant

S.A.S.
X.M.Y.

Almirante

S.
S.A.S.
X.M.Y.
Almirant

$\begin{matrix} \cdot s. & & \cdot s. \\ \cdot s. & A & \cdot s. \\ \chi & M & \gamma \end{matrix}$

$\cdot s. \quad \cdot s. \quad \cdot s.$

: $\chi\bar{\rho}O\text{FERENS.}$ /

$\begin{matrix} \cdot s. & & \cdot s. \\ \cdot s. & A & \cdot s. \\ \chi & M & \gamma \end{matrix}$

$\chi\bar{\rho}O\text{FERENS.}$ /

$\mathcal{J} = \mathcal{J} \quad \mathcal{F} \quad \mathcal{Z}$

S F Z

Assinaturas de Cristovão Colom

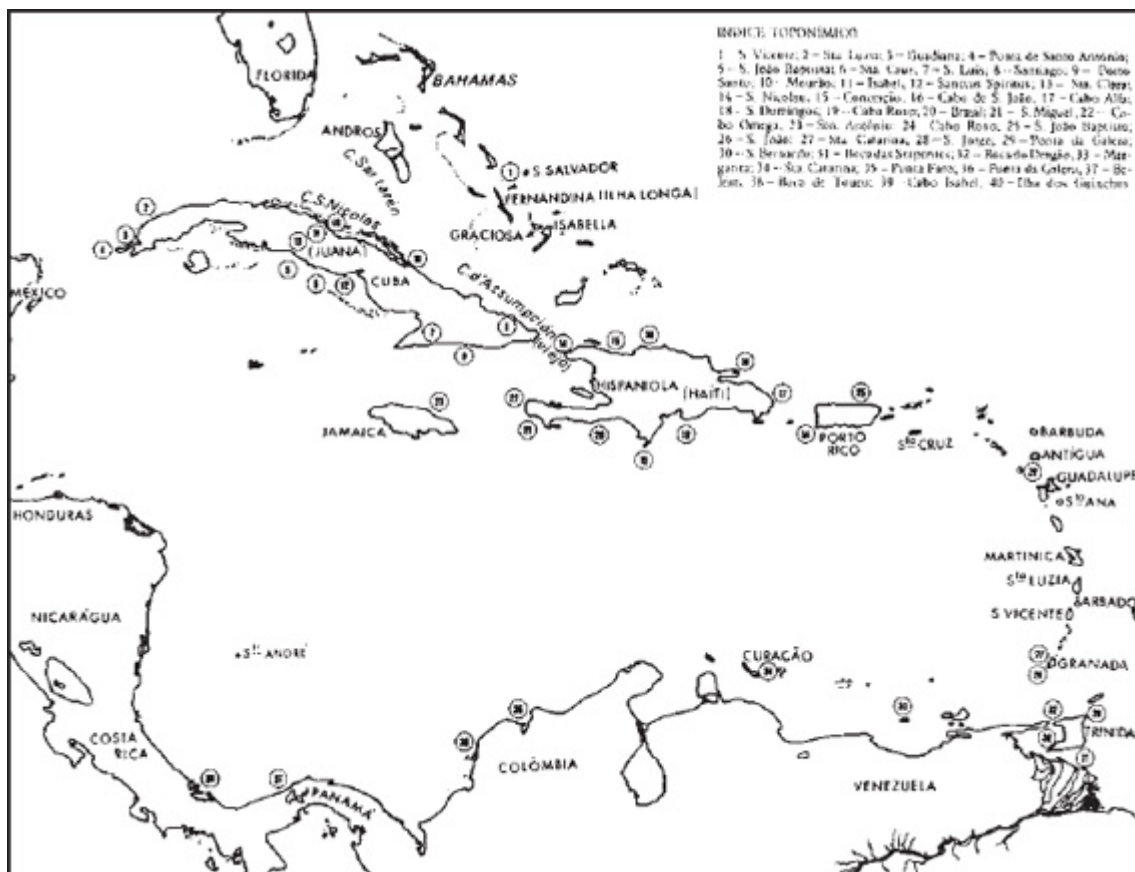
Colom utilizava conhecimentos e medidas secretas que só os portugueses conheciam, por exemplo: multiplicando as léguas e os graus por dois, como medida de contra-informação. Por isso, e também como exemplo, Colom situou a Antilha a 42 graus de latitude norte quando a verdadeira era de 21 graus.

Os indígenas das Antilhas navegavam em canoas e longos troncos cavados que em castelhano se chamam piráguas e em italiano pirogas. Contudo, Colom no "Diário de bordo", chamou-lhes "almedias" que é um termo luso-árabe e só usado pelos portugueses ao referirem-se às africanas.

Os imensos nomes com que Colom foi baptizando as numerosas ilhas e terras descobertas

constituem nas sua grande maioria topónimos portugueses (cerca de 40) e nomeadamente do distrito de Beja, donde Colom disse - ocultando - ser natural. E outros têm uma lógica quase cristalina. Por exemplo: à primeira ilha a que aportou, Colom chamou-lhe S. Salvador, que sendo o nome de Cristo (XPO), era também, o seu próprio nome como indicou na sigla.





À segunda ilha chamou “Fernandina”, que muitos autores defendem ter sido em homenagem ao rei D. Fernando de Aragão. Mas faz pouco sentido isso, pois este rei nunca gostou de Colom e pouco se interessou pela empresa. Mais sentido faria homenagear a rainha Isabel, que sempre o protegeu. Deve lembrar-se porém, que segundo a tese portuguesa o pai de Colom era o Infante D. Fernando.

Só à terceira ilha chamou Isabela (e não Isabelina) que poderia ser uma homenagem à rainha de Castela, mas do mesmo modo a poderia querer referir-se a sua mãe Isabel da Câmara.

À quarta ilha chamou Juana (e não Juanina) o que poderia parecer que estaria a honrar o herdeiro espanhol príncipe Don Juan. Mas porque não estaria Colom a pensar no seu verdadeiro rei e senhor, D. João II? Para eventualmente não suscitar interpretações dúbias, deixou cair este nome e passou a denominar aquela grande ilha por Cuba, terra da sua naturalidade como também deixou oculto na sigla que quase sempre acompanhou os seus textos, etc.

No regresso da primeira viagem Colom regressou pelos Açores. Tal rota levanta as seguintes questões:

- Porque é que tal facto foi omitido por todos os cronistas portugueses dos reinados de

D. João II e D. Manuel I?;

- Porque foi aos Açores em vez de seguir a rota das Canárias? (os ventos eram mais favoráveis a norte, mas como poderia Colom sabê-lo se não tivesse lá navegado?);

- Colom omitiu aos reis castelhanos que estava nos Açores. No mesmo dia em que chegou a Santa Maria, escreveu uma carta datada de 15/2/1493, a Santángel escrivão das finanças dos Reis Católicos, afirmando estar nas Canárias;

Juntou mais tarde na folha datada de 14 de Março na qual afirma que “estando no Mar de Castela” sofreu um temporal, “mas corri a este porto de Lisboa, onde hoje estou, que foi a maior maravilha do mundo” (por salvar-se).

Ressaltam duas discrepâncias: escreve Canárias por Açores e achando-se ao largo de Lisboa vindo de Santa Maria, diz estar em “Mar de Castela” quando este termina no paralelo de Vigo.

E dos Açores rumou a Lisboa onde fundeou, a 5 de Março de 1493, junto ao Restelo.

Agora observem V. Exas. o seguinte périplo:

- a 8 de Março, o almirante foi dormir a Sacavém em casa de Diogo Dias (irmão de Bartolomeu Dias), que era almoxarife da localidade;

- a 9 de Março dirigiu-se à Azambuja onde estava D. João II, permitindo este que Colom se sentasse, honra que naquela época só era concedida a nobres de alta linhagem e de grande merecimento real.

O rei instruiu então, o Prior do Crato, que era a pessoa principal presente, que o hospedasse em sua casa. Ora, este vivia em Santarém, seis léguas a norte.

- 10 e 11 de Março Colom reportou ter estado com D. João II;

- no entretanto a tripulação da caravela “Nina”, permanecia no Tejo desejosa de chegar a Espanha, mas Colom não tinha pressa;

- na tarde do dia 11, Colom dirigiu-se para Vila Franca e depois para o mosteiro de Santo António, a fim de ir beijar as mãos à rainha D. Leonor, dormindo nesse dia em Alhandra;

- regressa à “Nina” a 12, mas só largou dois dias depois, apesar do navio estar pronto para o fazer;

- só a 15 de Março aportou a Saltés seguindo-se a apoteose em Sevilha.

Estranho percurso para um ex-cardador de lã genovês ou para quem o fez português mas

malquisto com o Príncipe Perfeito e fugido às leis portuguesas.

Mas, para a tese portuguesa tudo se ajusta e o nosso monarca de posse de todas as informações já poderia preparar o Tratado de Tordesilhas, garantindo para Portugal a posse do Brasil e da Terra Nova e o comércio com o Oriente o que de facto ele fez sem perda de tempo.

Finalmente - embora deixemos muitas outras coisas por dizer - como explicar a estranha decisão de Colom, na sua quarta e última viagem, ao segundo dia depois de estar nas Canárias (em Santa Catarina), de rumar a Arzila (tendo apenas quatro navios e 140 homens), a fim de socorrer os portugueses que estavam cercados pelos mouros?

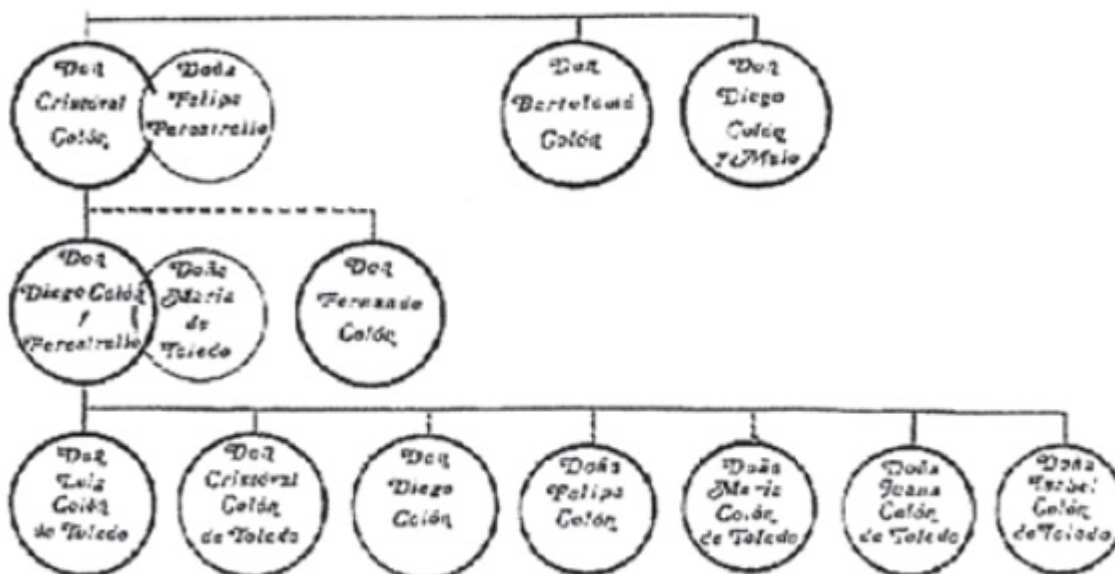
Isto sem autorização dos reis católicos, tendo tão poucos homens e ainda tendo cedido víveres aos portugueses, que lhe eram essenciais para a viagem? Lembra-se que D. João II já falecera sete anos antes e D. Manuel I senhor das mais poderosa marinha do mundo certamente não lho pediria.

Alguns investigadores atribuem tal acção a “desvairamento” ou então ao seu espírito cristão.

Mas atentemos: o capitão de Arzila era Dom Duarte de Menezes, filho do Prior do Crato que hospedara Colom em Portugal, em 1493, e casado com Filipa de Noronha que, segundo a tese portuguesa era sua prima direita.

Por outro lado, os três fronteiros terrestres de Arzila eram o conde de Borba, Dom Vasco de Menezes Coutinho, o visconde de Vila Nova de Cerveira, Dom Francisco de Lima e Dom Fernando de Castro, todos eles com laços familiares com Colom, o que é corroborado pela descrição que seu filho Fernando fez do episódio dizendo a certa altura “... lhe enviou certos cavaleiros que tinham consigo alguns dos quais eram parentes de Dona Filipa Moniz, mulher que foi, como já se disse, do Almirante em Portugal”.

Afinal, parece que Colom se limitou a ir socorrer a família.



Descendência de Colom

Estamos pois em crer que Cristobal Colom, mais propriamente o português Salvador Fernandes Zarco, como as últimas investigações efectuadas sobre a sua sigla/assinatura indicam, nascido no concelho de Cuba, filho bastardo do Infante D. Fernando, enlaçado com Isabel da Câmara, Infante este que era filho do rei D. Duarte, sobrinho do Infante D. Henrique que o perfilhara, lhe doara todos os bens após a sua morte e o título de duque de Viseu e foi seu sucessor na Ordem de Cristo e o substituiu na regência na Universidade de Lisboa.

Tudo leva a crer ainda que Colom já tinha estado nas Antilhas e vários indícios existem de que alguns dos índios que contactaram com a primeira expedição já tinham tido contactos com o homem branco.

E é de estranhar que se o Almirante se dirigia à Ásia a fim de contactar as avançadas civilizações da Índia, da China e do Japão só tivesse levado para trocar por sedas, especiarias, metais e pedras preciosas, contas de vidro e pratos de barro. E para comprar o que os índios vendiam tivesse usado ceitis que eram moedas portuguesas!

Finalmente como compreender a recomendação feita aos seus pilotos na primeira viagem, antes de largar das Canárias, “depois de terem navegado para poente setecentas léguas, sem terem encontrado terra, não caminhem desde a meia-noite até ser dia.” Essa zona, como se confirmou na segunda viagem, era perigosíssima devido a inúmeros escolhos submersos a pouca profundidade. Chamaram a essa zona “as onze mil virgens”.

Caros leitores:

O mundo nunca perdoou a um pequeno país como Portugal, se tivesse, sem ajuda de ninguém, alcandorado a uma tão relevante grandeza histórica.

Os estrangeiros, de um modo geral, não nos valorizam e desmerecem-nos e não devemos esperar que nos defendam. Podemos lamentar a sua falta de honestidade intelectual mas entendemos as motivações subjacentes.

Agora que portugueses, para além de toda a justificação, se depreciem a eles próprios e não cuidem das suas glórias é que me parece de muito fraco siso.

Conclusões

“A História é património comum. Por isso, não devemos deixá-la cair em más mãos.”

Georges Duby

(Filosofo francês em entrevista concedida
ao “L’Express” de 14/2/92)

Uma das razões que levaram ao fim do Estado Novo foi o esgotamento da acção psicológica interna.

Esta nossa III República nem sequer o tenta, isto é, pouco se faz para aumentar a coesão nacional, o conhecimento das coisas portuguesas, o orgulho em Portugal. Tudo é centrifugo e tudo se relativiza. Fala-se muito em salvaguardar a identidade nacional, mas nada se diz sobre a sua individualidade. Ora, eu não sei como se pode manter uma sem cuidar da outra. De facto continuamos a alienar partes substanciais da nossa soberania e a destruir ou minorizar o que a podia defender, alegremente, sem lhe medir as consequências, como que tolhidas por uma estranha maldição. Do mesmo modo deixámos de sentir ameaças, queremos ser amigos de todos e pensamos que todos querem ser nossos amigos. É com este pano de fundo que devemos enquadrar o desprezo com que as autoridades, as instituições, os intelectuais e a comunidade científica tratam o tema Colom e tudo o que lhe está associado. O povo, esse, está impossibilitado, pois é tratado a “pão e circo”. Não sabemos se isto se passa por comodismo, ignorância, cobardia ou outra razão qualquer. Cada um de vós aqui presente ajuizará. O que eu sei é que deixamos passar as oportunidades que nos poderiam ser úteis e ainda colaboramos naquilo que nos é prejudicial. Tenho que vos maçar com alguns exemplos.

1992, para não ir mais longe, foi o ano da Espanha, e a exposição de Sevilha o seu expoente, comemorando os 500 anos da chegada de Colom ao novo mundo (isto apesar dos portugueses já o terem feito). A isto se seguiu um campeonato da Europa de futebol e as olimpíadas de Barcelona do mesmo ano. Se isto não é planeamento estratégico ao mais alto nível não sei o que será. Da exposição de Sevilha aproveitaram italianos, espanhóis e outros, mas não Portugal que teve uma participação algo envergonhada apesar da Comissão Nacional para os Descobrimentos ter sido quase um mini-ministério e não consta que lhe faltassem meios financeiros. De tudo o que se passou resta-nos a réplica de uma caravela (que ainda navega) e alguns livros e revistas. Mas deixámos de desfrutar de qualquer pioneirismo - já que foram os “povos da Meseta” que se fizeram ao mar - e nem sequer se fala mais em descobrimentos, mas sim em “encontro de culturas”!

Presumo que os leitores já se tenham dado conta disto...

Além disso Portugal não esteve representado (por não mostrar interesse), na comissão que organizou, em 1992, a exposição sobre os Descobrimentos que teve lugar em Washington e presidida por Daniel Boornstin.

E como entender que se declinasse o convite feito a Portugal para estar presente em Santo Domingo no ciclo das comemorações do I Centenário da descoberta da América, em que tinha sido destinado ao nosso país um pavilhão de honra?

Nós somos tão perdulários que entregamos aos australianos a vontade de provar a primazia dos portugueses na descoberta da Austrália! E de igual modo deixámos escapar na Expo 98 em Lisboa, notável realização a vários níveis, a oportunidade de afirmar a importância das nossas coisas. Apesar do tema ser os oceanos, na parte que tocava à sua historiografia a mesma foi tratada ao de leve quase em termos de banda desenhada para jovens.

E deixámos, quando não colaborámos sem qualquer sinal de consternação que os nossos vizinhos tudo fizessem para se apropriarem da referida exposição. Já tínhamos falhado a comemoração dos 500 anos da passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias em 1487, marco fundamental na nossa gesta; quase ninguém deu conta também, dos 500 anos do tratado de Tordesilhas, em 1494 e sobre a chegada de Vasco da Gama à Índia, a coisa mais relevante de que me lembro foi o desdém com que o governo da União Indiana se esquivou a colaborar nos eventos e a conferência que um notável indiano que pressurosamente convidámos, efectuou em Lisboa e nos insultou.

Deixámos ainda passar quase em claro o 500º aniversário da morte de D. João II e quando alguém se deu conta de que não havia no país nenhuma estátua a tão preclaro rei, ergueram-lhe uma vacuidade escultórica no topo sul da Expo, que é um insulto à sua memória.

Mais uma vez as nossas tricas de família impediram a comemoração dos 75 anos da viagem aérea de Sacadura Cabral e Gago Coutinho ao Brasil, em 1997, o mesmo acontecendo a nova tentativa, três anos depois aproveitando o V centenário da chegada de Cabral ao Brasil. Até estas correram sem lustre, nada se adiantando sobre a mais que certa exploração daquele país antes de 1500. E lá fomos ofendidos mais uma vez na pessoa do Presidente da República com as inconcebíveis manifestações que lhe fizeram em terras de Vera Cruz.

Este facto poderia ter sido minorado se nos tivéssemos lembrado de comemorar no ano passado os 350 anos da expulsão dos holandeses do Brasil, mas tal não nos ocorreu.

E os 450 anos da chegada ao Japão tiveram muito mais relevo naquele país do que na Lusa terra.

Enfim em muito pouco acertámos, e a lista podia continuar.

Também desperdiçámos outras oportunidades e estou a lembrar-me do cinquentenário do primeiro ataque à Índia Portuguesa, pela União Indiana, ocorrido em 21 de Julho de 1954.

Os 350 anos da queda de Ceilão e da vitória de Montes Claros, em 2006; os 500 anos da tomada de Ormuz, em 2008; os 200 anos das invasões francesas, entre 2007 e 2010; os 500 anos da conquista de Goa, em 2010; idem para a conquista de Malaca, em 2011, o cinquentenário do início do terrorismo em Angola, em 2011; os 90 anos da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, em 2012; e em 2015 deveremos comemorar os 100 anos da batalha da Mongua onde se efectuou a última carga a cavalo do Exército português; os 500 anos da morte de Afonso de Albuquerque e os 600 anos da Tomada de Ceuta. E o mais importante para o caso vertente seria comemorar condignamente o V centenário da morte de Colom, em 2006.

Há pois que insistir no tema Colom. E o ponto é este: Colom pode até nem ser português ou sendo-o ou não, ter servido a coroa portuguesa. Mas havendo, nem que sejam apenas pequenos indícios de que isso pudesse ter sido realidade, então seria lógico que o assunto fosse mantido vivo e acarinhado o seu estudo. Ora o espantoso é que não só, a nível nacional, nada se faz neste sentido, como se ataca e se tenta inviabilizar qualquer iniciativa que não vá por esse caminho. Não deve haver povo mais masoquista no mundo, do que o português.

E tanto é mais de espantar quanto este tema serve muito os interesses portugueses. Senão vejamos:

- a busca da verdade ainda não deixou de ser uma actividade nobre;
- a investigação sobre Colom português ajudaria a colocar os Descobrimentos portugueses e toda a actividade que lhe está associada, no epicentro da abertura da Europa ao mundo, no conhecimento da terra e na primeira globalização que se levou a cabo;
-
- a curiosidade e o desenvolvimento do conhecimento de todos estes assuntos seriam aumentados tanto a nível nacional como internacional;
- a Marinha e a Cultura portuguesas veriam acrescentada a sua honra;
- tudo o que vier a favor de Portugal aumentará a nossa projecção no mundo e o peso específico que possamos ter na União Europeia, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e neste caso específico, nas relações Ibero-Americanas;
- serviria para pagarmos uma dívida de gratidão a Salvador Zarco, um português de lei que se sacrificou pelo seu rei e pela sua Pátria;
- finalmente e muito importante, ajudaria a levantar a auto estima nacional que a maioria dos comentadores afirma - e nós constatamos - andar pelas ruas da amargura.

É certo que isto nos traria incompreensões, vitupérios e, quiçá alguns problemas internacionais nomeadamente por parte da Espanha - que estamos em crer, sempre soube a verdade, mas não quer que se saiba - e sobretudo, da Itália e das comunidades italianas espalhadas pelo mundo, a começar nos EUA, para quem Colombo - e não Colom - é o maior dos seus heróis. Paciência, teríamos que arrostar com elas. Faz parte do preço que pagamos por sermos uma nação livre há quase nove séculos. Quando deixarmos de querer pagar esse preço, os leitores concluirão...

O que se pode fazer então? Muito. Atentem: pagar bolsas de estudo ou prémios para quem se quiser dedicar ao assunto; organizar congressos nacionais e internacionais sobre o tema; avaliar intervirmos e eventualmente, contestar o que se publica e faz no mundo sobre a questão; iniciativas várias, individualmente ou em conjunto, por parte de instituições nacionais (esta que estamos hoje aqui a realizar, é já uma!), relativamente a toda esta temática; tentar interessar personalidades estrangeiras de reconhecido mérito, sobre a problemática. E seria do mais elementar bom senso que tudo fosse apoiado pelos órgãos do Estado.

Vivemos tempos favoráveis para se relançar a polémica.

Na Internet existem já centenas de sites sobre Colom; no Canadá está em preparação um congresso internacional sobre esta figura histórica e até a Câmara de Cuba se passou a interessar pelo diferendo desde que assumiu que Colom era filho do Concelho.

Mas mais importante de tudo é que uma equipa de cientistas está a efectuar testes de ADN para se determinar exactamente onde está sepultado Cristóvão Colom: se em Sevilha se em Santo Domingo (e ainda para determinar se os outros corpos exumados em Sevilha são seus familiares). Já se fizeram testes naquela cidade e apesar de não serem completamente conclusivos tudo aponta para que o corpo não seja o de Colom. A República Dominicana começou por recusar os testes, depois autorizar e pouco antes destes se efectuarem, em Fevereiro deste ano, voltar a impedi-los. É muito natural que haja no meio disto algumas pressões de bastidores.

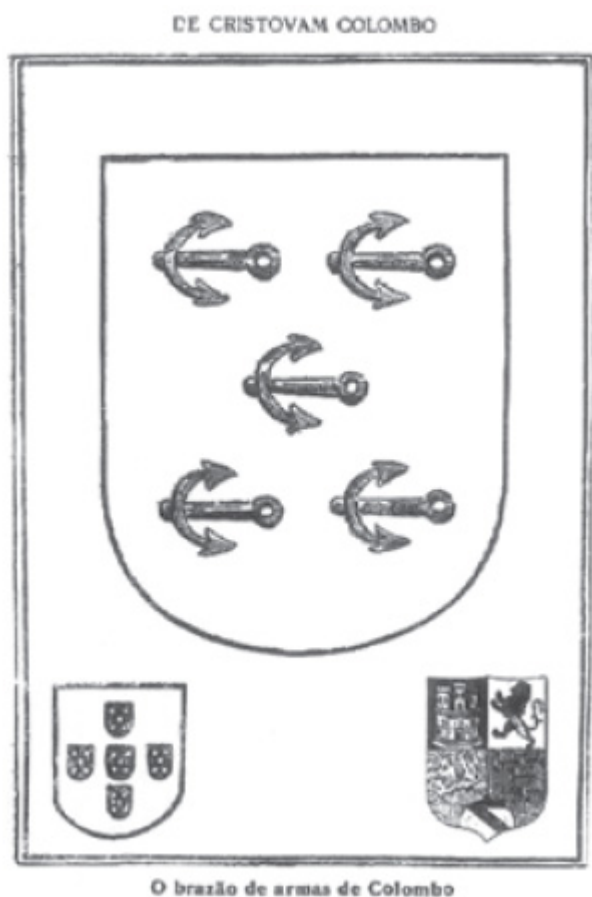
A oportunidade para nós é única e creio que não suscitará argumentos contrários às entidades portuguesas que se batem pela tese genovesa, se se vier a propor a essa equipa de cientistas que se desloque a Portugal a fim de realizar testes semelhantes ao infante D. Fernando, tido como pai de Colom, na tese portuguesa e que se encontra sepultado em Beja, bem como a outros familiares identificados de Colom e cujos corpos possam ser analisados.

Poderá, eventualmente, o governo português entender que tal evento a ser proposto possa ter consequências políticas menos agradáveis. A isso teremos que responder que o acto é em si patriótico; que a procura da verdade é uma acção respeitável; que com isso não estamos a agravar ninguém e que defender o que é nosso é não só um Direito mas também um Dever.

Portugal para ser respeitado tem de se dar ao respeito. Já chega que os italianos nos

“roubem” constantemente o Santo António e escusávamos de andar tão dobrados que deixamos chamar aos encontros semestrais entre os chefes de governo de Lisboa e Madrid “cimeiras ibéricas” em vez do correcto Luso-Espanholas.

Sem embargo há que persistir na esperança de que melhores dias virão. Esse é um dos objectivos deste escrito.



* Sócio Efectivo da Revista Militar.